

UE estende taxação do imposto de carbono a produtos acabados¹

Alice Hancock²

A União Europeia vai estender a aplicação do primeiro imposto de importação do mundo sobre emissões de carbono a portas de carros, ferramentas de jardinagem, máquinas de lavar roupa e fogões de cozinha, como parte de uma revisão duramente disputada de seu Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM, na sigla em inglês), que também incluirá subsídios para exportadores europeus.

A apresentação da revisão está prevista para 10 de dezembro, mas segundo duas autoridades da UE é provável que seja adiada em uma semana, por causa de negociações internas a respeito das propostas, que preveem ainda medidas contra evasão e os subsídios para exportadores.

As autoridades insistiram, porém, que a revisão será concluída e apresentada ainda este ano, antes de que os importadores precisem começar a pagar a taxa de carbono, que entrará em vigor em 1º de janeiro.

O Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira é uma iniciativa inédita para tributar importações de produtos que fazem uso intensivo de carbono. O objetivo é impedir que uma enxurrada de produtos baratos prejudique as indústrias pesadas da UE, que estão sujeitas a regulamentações rigorosas relativas às mudanças climáticas e precisam pagar impostos pela poluição com gases de efeito estufa no âmbito do Sistema de Comércio de Emissões do bloco.

O CBAM cobre importações de sete setores, entre eles os de alumínio, aço e fertilizantes. O mecanismo é criticado por parceiros comerciais como a China e a Índia, que argumentam que se trata de uma medida comercial unilateral e não de um iniciativa ambiental.

Apesar da pressão, até agora Bruxelas manteve sua decisão de não dar isenções à taxa e argumenta que tem sido bem-sucedida em pressionar outros países a criarem sistemas próprios de precificação de carbono.

Tanto a China quanto a Índia estão em processo de implementar ou expandir seus sistemas de comércio de emissões. Vários países da América Latina, inclusive o Brasil, também reconhecem que o CBAM foi um fator que influenciou decisões recentes de adotar a precificação do carbono.

Pelo Sistema de Comércio de Emissões da UE, a indústria europeia paga cerca de € 80 por tonelada de dióxido de carbono emitida. As emissões de gases de efeito estufa no

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2025/12/08/ue-estende-taxacao-do-imposto-de-carbono-a-produtos-acabados.shtml> Acessado em 08.12.2025

² Jornalista do Financial Times

bloco caíram praticamente pela metade desde a introdução do sistema de precificação de carbono, em 2005.

O objetivo de estender o imposto a produtos acabados, assim como a matérias-primas, é impedir que importadores instalem fábricas na Turquia ou em outros países vizinhos da UE para transformar materiais sujeitos ao CBAM em produtos acabados antes de importá-los para o bloco, de modo a escapar da cobrança da taxa.

Mas diversos setores têm se mostrado cautelosos quanto à expansão do imposto. A associação representativa da indústria automobilística Acea advertiu que ela pode aumentar os custos da cadeia de fornecimentos e seu ônus administrativo.

A Solar Power Europe, a principal associação representativa do setor europeu de energia solar, acredita que qualquer ampliação do imposto deve ser feita de forma gradual, para permitir que as empresas “se adaptem sem causar escassez de produtos ou aumentos repentinos de preços”.

Por outro lado, a Applia, entidade representativa dos fabricantes de eletrodomésticos no bloco europeu, avaliou que a taxação de produtos acabados garantiria uma “concorrência justa em todo o mundo”.

Segundo autoridades da UE, a decisão sobre quais produtos serão taxados terá como base a quantidade de materiais sujeitos ao CBAM integrados a cada um e se existe muito risco de que possam ser produzidos fora do bloco.

A Comissão Europeia também discute neste momento, em um processo separado, como calcular o valor do imposto a cobrar de importadores por produtos que não pagam uma taxa de carbono equivalente em seus países de origem.

As indústrias pesadas argumentam que os valores iniciais apresentados em um documento preliminar no mês passado eram generosos demais com países que têm uma pegada de carbono muito maior.

A revisão também estabelecerá um regime de subsídios para exportadores, a fim de garantir que não sejam prejudicados por concorrentes internacionais com emissões mais altas e custos menores ao venderem para outros países. Mas autoridades disseram que as negociações sobre a fonte de financiamento estão em andamento, já que as receitas do CBAM estão totalmente comprometidas com outras partes do orçamento da UE.

A Comissão Europeia confirmou que pretende apresentar propostas para a extensão do escopo do CBAM e do reembolso de exportações “até o fim do ano”.